

A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE REGIÃO AMAZÔNICA¹

BUILDING THE AMAZON REGION NOTION

*Magali Franco Bueno*²

RESUMO: Este artigo trata da noção de Amazônia construída a partir das divisões regionais oficiais do território brasileiro. Discute os conceitos de região das propostas de regionalização e mostra a associação entre as idéias sobre a região amazônica presentes nos planos de desenvolvimento e no ensino de Geografia.

Palavras-chave: Amazônia – região - divisão regional - planos de desenvolvimento regional - ensino de Geografia

ABSTRACT: This article relates to the Amazon notion built from official regional divisions of the Brazilian territory. It analyses the region concepts used in the regionalization proposals, showing the association of ideas concerning the Amazon region which are present in development plans and geography teaching.

Key words: Amazon – region – regionalization - regional development plans - Geography teaching

¹ Este artigo é uma versão modificada de parte da dissertação de Mestrado em Geografia Humana *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*, defendida em fevereiro de 2003 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² Aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Bolsista CNPq. E-mail: magab@usp.br/magalifbueno@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A palavra região é polissêmica. É usada cotidianamente com uma variada gama de sentidos e, mesmo nas ciências, pode ter significados distintos. Na Geografia, ela possui uma variedade de acepções e é um conceito muito discutido (GOMES, 1995:50).

Na linguagem cotidiana são comuns expressões como “a região mais pobre”, “a região montanhosa” ou “a região em que eu nasci” (GOMES, 1995; LENCIONI, 1999). “Essa idéia de região que aparece na linguagem corrente indica recortes do espaço que os indivíduos ou grupos sociais elaboram e passam a ser reconhecidos, ou não, socialmente” (LENCIONI, 1999:16). Outro sentido bem conhecido de região é o de unidade administrativa. No Brasil, o termo região amazônica está incorporado à linguagem cotidiana, muitas vezes referido à unidade regional norte das divisões regionais oficiais do território brasileiro.

O termo *região* referindo-se à Amazônia aparece em “O país das Amazonas”, de 1899, do Barão de Santa-Anna Neri³. Na introdução o autor explica: “Os dois estados do Pará e do Amazonas, que [...] juntamente, são freqüentemente designados sob o novo nome de Amazônia”; e, mais adiante, chama a essa porção territorial de “região”: “adotamos um método de classificação que abrange todas as informações colhidas por nós sobre a Natureza da região” (SANTA-ANNA NÉRI, 1979:30) (grifo meu).

Nos primeiros relatos de viajantes, que visitaram a área no século XVI, é mais comum a referência apenas ao Rio Amazonas, mas aparece também a denominação “bacia amazônica”. Será visto, mais adiante, que este é um dos recortes com que foi caracterizada a Amazônia, ou seja, como bacia fluvial do Rio Amazonas.

³ A edição consultada, impressa em 1979, é uma reprodução da segunda edição (1899) do livro, cuja primeira impressão é de 1884.

Embora Maria de Fátima da CONCEIÇÃO (1996:131) afirme que a expressão “Região Amazônica” surge, pela primeira vez, num mapa de 1946, de um estudo sobre a *Hevea brasiliensis* (nome científico da seringueira), percebe-se que o vocábulo “Amazônia” aparece desde, pelo menos, o final do século XIX, quando já era considerada uma região, independentemente da aceção desta terminologia na época. Também é interessante notar que, no final do século XIX, Santa-Anna Néri fala da palavra Amazônia como um termo *novo*. Mas a expressão “bacia amazônica” já era utilizada pelos viajantes dos séculos anteriores, como La Condamine⁴. É muito provável que Amazônia como bacia fluvial do Rio Amazonas seja a concepção mais antiga de *região amazônica*.

A delimitação de uma região sempre foi tarefa cara à Geografia. Mas sua configuração pressupõe a homogeneidade de determinados aspectos que as diferenciem de outras. Quais são os elementos selecionados para caracterizar uma região e distingui-la de outra? Certamente estes são critérios que, por mais que se pretendam objetivos, estão permeados por visões de mundo, por concepções subjetivas. Na visão de BOURDIEU (1996), essas concepções serão impostas ou não dependendo da autoridade e do reconhecimento que tenham aqueles de quem partiu a proposta.

A região, segundo BOURDIEU (1989), é uma “realidade” que depende profundamente do conhecimento e do reconhecimento, pois, antes de tudo, ela é *representação* (aspas e grifo do autor). Sendo representação, existiria um universo de pressupostos, mais ou menos dissimulados, envolvidos em cada um dos usos do conceito de região.

Paulo PERIDES (1992:15) também considera fundamentais a questão ideológica e o momento histórico envolvidos na concepção de região:

⁴ Ver LA CONDAMINE, Charles-Marie. *Viagem pelo Amazonas 1735-1745*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira; São Paulo, SP: EDUSP, 1992.

[...] o conceito de região em geografia, considerado como objeto cientificamente construído, pode apresentar diferentes significados e naturezas considerando-se os referenciais teórico-metodológicos utilizados; [...assim...] está carregado de intencionalidade ideológica, e deve ser interpretado em função das condições históricas em que foi elaborado [...]. (PERIDES, 1992:15)

Como afirma Antonio Carlos Robert de MORAES, formas espaciais são produtos históricos. Da mesma forma, regiões são conceitos, construídos socialmente e materializados no espaço.

Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. (MORAES, 1988:16)

A região como construção social, a intencionalidade presente nas divisões regionais do território brasileiro e algumas das representações associadas à Amazônia serão aspectos abordados neste artigo. Serão apresentadas as noções de Amazônia clássica e Amazônia Legal, a partir de um resgate sobre a idéia de Amazônia presente nos planos governamentais de desenvolvimento, bem como o papel da Geografia na elaboração e divulgação da concepção de região amazônica, particularmente por meio do ensino.

PLANOS GOVERNAMENTAIS E PROPOSTAS DE DIVISÃO REGIONAL: A AMAZÔNIA NO DISCURSO DO ESTADO

As décadas de 1920 e 30 são marcadas por um intenso debate em torno de uma redivisão territorial do Brasil, ligada principalmente à procura do domínio político e econômico do país e à preocupação com a questão regionalista. Tais propostas, com finalidade didática ou de planejamento, eram também encaradas como uma forma de combater esse ideário.

Mas essas preocupações com a integração nacional só passarão a ocupar um papel importante a partir da Revolução de 30, ocorrendo, no governo Getúlio Vargas, uma transformação profunda na organização e gestão do território brasileiro. Até esta época, a república não tinha sido

capaz de romper com o caráter colonial da economia, que continuava voltada para o mercado externo, caracterizando-se pela ausência de conexão entre as regiões. O Estado brasileiro será marcado, a partir de então, por uma política nacionalista, intervencionista e por um planejamento estatal embrionário.

A linguagem usada para o estabelecimento dessa intervenção direta é a da técnica, da racionalização unida à racionalidade, e das fórmulas científicas como substitutas às fórmulas de cunho político, vistas como parciais e retrógradas. (CABREIRA, 1996:17)

Passam a ser encaradas como competência do Estado a integração e a unidade nacionais. Tal integração, no início, é, sobretudo, econômica, com o intuito de sedimentar um mercado interno ativo. Desta forma, cada região deveria contribuir com sua produção característica, dentro da idéia de “vocação regional”. Na concepção de Vargas, no que se refere à economia, as diversidades regionais deveriam se complementar para o desenvolvimento da Nação Brasileira. Ideologicamente, a brasilidade seria definida como a soma das culturas regionais do país (MORAES, 2002). Os grandes movimentos migratórios do período, representados pela “Marcha para o Oeste” e pela “Batalha da Borracha” estão associados não apenas ao alívio das tensões sociais, mas também ao projeto de construção de uma nação e uma identidade brasileiras. A ocupação do território foi primordial na atuação do governo Vargas. Isso propiciou a impuls o de programas de colonização, uma valorização natural do espaço e uma elaboração teórica sobre o território (MORAES, 2002).

Dessa forma, no Estado Novo há uma valorização ideológica e econômica do interior do país, que passa a ser visto como matriz do caráter nacional brasileiro (MORAES, 2002). É nesse contexto que ocorre uma valorização da Amazônia, que passa a ter um novo significado diante da crescente internacionalização do capital, pois um dos projetos desse governo era promover o desenvolvimento do país dentro dos quadros do capitalismo internacional. (COSTA, 2000).

Lembrando que a integração que se propunha então era baseada nas “vocações regionais” — a “vocação regional” da Amazônia, neste

contexto, seria a extrativista — foram criadas instituições que visassem a coordenação da extração, armazenamento e circulação da borracha, além de infra-estrutura viária e de telecomunicações para viabilizar essas atividades.

A Geografia passa a ter seu papel valorizado durante o Estado Novo, uma vez que o ensino da disciplina nas escolas, ao transmitir um núcleo básico de informações sobre o país, seria um instrumento para o aprofundamento de uma consciência nacional. Nos livros didáticos era freqüente o discurso da grandeza territorial e das enormes riquezas inexploradas no país.

A temática regional torna-se central na interpretação do Brasil. A valorização da região responde à necessidade do estabelecimento de uma escala de governo intermediária entre as esferas federal e municipal, mantendo a centralização do poder, já que se trata de uma divisão estabelecida pelo governo central.

As primeiras divisões regionais do Brasil realizadas por instituições governamentais datam da década de 1930. As várias divisões regionais existentes nesta época atendiam a distintas finalidades. Apenas em 1941, foi elaborada e adotada oficialmente uma divisão regional pelos diferentes setores da gestão pública, definindo as cinco “grandes regiões” brasileiras. A região norte foi então definida pelo agrupamento dos estados do Amazonas e do Pará e pelo território do Acre, ou seja, tal como é conhecida hoje — com exceção do estado do Tocantins, que passa a ser incluído na região norte a partir da sua criação⁵. Esta divisão foi complementada em 1945, incluindo os territórios criados em 1943 e definindo mais dois níveis regionais a partir da subdivisão das cinco grandes regiões. Interessa aqui abordar o nível das macro regiões, pois se trata de uma divisão do território brasileiro que foi bastante assimilada ao nível do senso comum.

A discussão sobre a divisão regional do Brasil está extremamente vinculada ao novo papel assumido pelo Estado, de integração da

⁵ O estado do Tocantins foi criado em 1988 e instalado em 1989.

economia e do território nacionais, em face da expansão do capitalismo industrial no Brasil (OLIVEIRA, 1977; MAGNANO, 1989; PERIDES, 1992; COSTA, 2000), levando à necessidade de implantação de um estado nacional unificado. Isso terá como conseqüências, entre outras, o estabelecimento de um sistema nacional de educação e de um sistema estatístico único, ambos vinculados ao papel do IBGE⁶.

O papel assumido pelo Estado, a partir da década de 30, de conduzir a expansão do capitalismo industrial no Brasil, orientou a divisão regional oficial de 1945. Tal expansão teve como resultados, por um lado, a integração da economia e do território nacionais e, por outro, a centralização, pelo governo federal, do poder político-administrativo, diante do papel que passou a assumir na dinâmica da economia nacional e, conseqüentemente, o enfraquecimento dos poderes locais e regionais.

As condições para uma crescente integração econômica do espaço brasileiro foram propiciadas pelo aumento do papel do Estado na economia nacional. Assim, foi necessária a implantação de um projeto de estado nacional unificado para o desenvolvimento capitalista no Brasil. A implantação deste projeto era um dos motivos do estabelecimento de uma divisão regional oficial, e não apenas uma melhor gestão dos serviços públicos, como alegava o discurso oficial (PERIDES, 1992).

Lia Osório MACHADO (1995:341) aponta Oliveira Viana como uma peça-chave no governo ditatorial de Getúlio Vargas. Uma das teses deste autor sobre o território e a população brasileiros foi de que o caminho para a unificação nacional estaria na criação de uma “organização política centralizada, a única capaz de mobilizar os meios materiais e ‘espirituais’ de articulação do território.”

⁶ O IBGE, que após sua criação tornou-se rapidamente o grande centro de estudos geográficos no Brasil, foi o responsável por fornecer as bases para a implantação do Estado Nacional, através do ordenamento do processo de coleta de informações estatísticas, sem as quais não seria possível racionalizar a modernização da máquina administrativa (ANDRADE, 1977:10-1).

A assimilação da idéia de planejamento estatal estabelecia uma demanda por conhecimento geográfico e levantamentos de informações sobre os diversos lugares do país (MORAES, 2002). A organização desses dados, por sua vez, requisitava, como base, uma divisão do território brasileiro. Dentro do espírito modernizador do Estado, a criação de organismos oficiais, como o Conselho Nacional de Geografia – CNG e o Instituto Nacional de Estatística, durante os anos 30, atenderia a essas necessidades, contribuindo para forjar uma unidade nacional a partir do centro (COSTA, 2000). A criação desses órgãos demonstra o crescimento da importância da Geografia no Brasil, nesse período⁷.

O CNG influenciou bastante o desenvolvimento da Geografia brasileira, participando ativamente da discussão sobre a primeira divisão regional oficial do Brasil. Nesse período, houve a assimilação do conceito de região pelo discurso do Estado (MORAES, 2002), sendo fundamental para os estudos feitos sobre o Brasil. A base de dados do governo federal, que seria montada para subsidiar as políticas, teria um suporte regional.

Em 1941, é publicado um artigo na Revista Brasileira de Geografia⁸ que discute a proposta de estabelecimento de uma divisão regional única para o Brasil. Este mesmo artigo mostrava a variedade de propostas existentes, bem como a diversidade de critérios utilizados pelos diferentes autores, explicando que isso se devia à falta de rigor científico quanto ao conceito de região. Paulo PERIDES (1992:17) vê nessa variedade de propostas outra explicação possível, qual seja, a ausência de um estado nacional integrado e a importância da vida regional, que caracterizava o Brasil até o início do século XX. A proposta de uma divisão regional única para o Brasil solucionaria, segundo o autor do artigo, o problema

⁷ Foi também nessa década que a Geografia foi incluída nos currículos dos cursos superiores de Administração e Finanças e nos cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. (ANDRADE, 1977: 9).

⁸ SOARES GUIMARÃES, Fábio de Macedo. Divisão Regional do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Ano III, no 2, Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1941.

teórico do estabelecimento de uma metodologia científica que instituísse a “verdadeira” divisão geográfica — e que, assim, deveria ser adotada por todos os geógrafos — e, também, o problema prático da adoção de uma divisão regional única e oficial para todos os órgãos da administração pública.

O critério proposto para a divisão regional do Brasil era o das regiões naturais, que seria o suporte sobre o qual se desenvolviam as paisagens humanas, sendo, portanto, o critério cientificamente mais adequado⁹. Nesta perspectiva, as regiões humanas só surgiriam a partir da modificação das paisagens naturais. Por constituírem-se na base para a atuação do homem, o estudo das regiões naturais seria fundamental para o entendimento das ações humanas e por isso deveria ser priorizado. Paulo PERIDES (1992:18) demonstra o dualismo presente nesta proposta, pois nela a paisagem humana é superposta à paisagem natural e ambas não se confundem, normalmente, nem mesmo nos limites. Apesar disso, eram “pressupostos metodológicos defendidos por toda uma corrente de pensamento geográfico dominante na época” (PERIDES, 1992:18). A opção por este tipo de região era justificada não apenas metodologicamente, mas também pelo fato da região natural ter uma existência concreta, cujo recorte não possibilitaria discussão, além de ser estável, ao contrário da região humana, passível de sofrer constantes transformações, inclusive em seus limites.

O uso do conceito de região natural, além de atender bem às preocupações com levantamentos estatísticos e de planejamento, servia para lançar um novo modo de ver o espaço nacional, minimizando as disputas e divergências regionais. Como foi dito anteriormente, a região

⁹ Na criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foram recrutados sobretudo engenheiros civis para os trabalhos de Geografia, já que nesta época os formados em engenharia tinham direito ao título de “engenheiro geógrafo”. Soares Guimarães é um dos representantes dessa categoria de profissionais e sua proposta de divisão regional pautada pelas regiões naturais teria tido influência da sua formação técnica de engenheiro (ANDRADE, 1977: 9-10).

cumpra o papel de atender à demanda por uma escala de governo intermediária, “com a vantagem de ser uma subdivisão definida pelo governo central” (MORAES, 2002:123). Assim, o conceito de região consolida-se como uma forma quase natural de conceber o território brasileiro. Iná de CASTRO (1994:164) acredita que reconhecer apenas as paisagens naturais na percepção das diferenças do território brasileiro implica, também, em reforçar o mito da unidade territorial como suporte da unidade política e da coesão social do nacionalismo, já que reconhecer outras diferenças poderia abalar esta crença.

Mas a utilização dessa divisão regional para fins práticos resultou na necessidade de se adaptar os limites das regiões naturais aos limites político-administrativos existentes. Esse ajuste, na verdade, acabou levando a duas divisões regionais: uma com finalidade didática, na qual os limites das regiões naturais foram adaptados aos limites das unidades político-administrativas estaduais, e outra para fins estatísticos, em que os limites regionais foram ajustados aos limites dos municípios. Em 1941, foi estabelecido o “Quadro Sistemático da Divisão Regional Brasileira” — no qual foram definidas as cinco “grandes regiões” —, complementada em 1945¹⁰, sendo adotada pelo IBGE e órgãos públicos em geral, como a divisão regional oficial do Brasil.

Entre o final da década de 1920 e os anos 30 haviam proliferado propostas de redivisão territorial do Brasil, pautadas por diversos critérios¹¹. Na maioria das propostas, a região amazônica era retalhada em várias unidades menores com *status* de territórios, o que significaria a intervenção direta do governo federal na área. Mas, apenas em 1943,

¹⁰ Na complementação do “Quadro Sistemático da Divisão Regional Brasileira” foram estabelecidos quatro níveis hierarquizados de regiões, além de incluídos os territórios criados em 1943 (PERIDES, 1992).

¹¹ Para mais detalhes sobre estas propostas, ver CABREIRA, Márcia M. *Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia brasileira — um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia - FFLCH-USP. São Paulo, SP, 1996.

procede-se à criação de cinco territórios federais, três deles na Amazônia (Amapá, Guaporé e Rio Branco). A leitura que Márcia CABREIRA (1996:67) faz disto é que o governo federal estaria marcando seu domínio, pela possibilidade de intervenção direta nos territórios federais, sem, entretanto, entrar em choque com as oligarquias regionais.

A idéia de estudar o Brasil dividido em regiões naturais já era defendida, desde a década de 1910, por Delgado de Carvalho¹². Foi de acordo com suas proposições que se elaborou a proposta de divisão regional do Brasil. Para este autor,

a região natural era a 'base para a divisão geográfica racional' do país que permitiria o estudo dos grupos humanos, compreendendo suas características locais. Segundo ele, as regiões naturais se caracterizavam pela topografia que apresentavam, por suas condições climáticas, pelas condições de vida e de trabalho que possuíam e pelos recursos que ofereciam. (CABREIRA, 1996:99)

Assim, na primeira divisão regional oficial do Brasil, a Amazônia foi definida a partir do recobrimento da floresta equatorial, sendo seus limites acomodados às divisões político-administrativas — sendo composta pelos estados do Amazonas e Pará e pelo território do Acre — e nomeada de Grande Região Norte.

¹² Segundo Paulo PERIDES (1992:20), o livro *Geografia do Brasil*, de 1913, de Delgado de Carvalho (1884-1980), foi o primeiro livro didático que não estudou o Brasil por estados (limites político-administrativos estaduais), mas por "regiões geográficas". Este autor, diplomado em ciência política, é considerado o fundador da "geografia moderna", segundo Lia Osório MACHADO (1995:321), devido à publicação, na década de 20, de uma série de trabalhos relacionados à disciplina. Para mais informações sobre ele, ver MACHADO, Lia Osório. "Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem." In: CASTRO, Iná, GOMES, Paulo César e CORRÊA, Roberto. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp. 309-353. e RIBEIRO, Luis Antonio de M. "Retrospecto histórico dos livros didáticos no século XX e sua relação com a evolução do pensamento geográfico e com a ação do estado." In: *O estudo da população nos livros didáticos de geografia para a 5ª série de 1º grau*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia - FFLCH - USP, São Paulo, SP, 1987. pp. 52-83.

Econômica e politicamente, a Amazônia sempre esteve mais articulada com os estados e países vizinhos. A era do planejamento econômico estatal é inaugurada no Estado Novo (COSTA, 2000), passando a região a ser considerada área prioritária. O conjunto de medidas de Getúlio Vargas para a Amazônia, dentro da sua política de integração e articulação das regiões, fundamentou-se, a partir da ótica das “vocações regionais”, no estabelecimento de uma vocação extrativista para a Amazônia. A partir disso, as metas para o desenvolvimento da região foram elencadas: navegação e transportes, colônias agrícolas e “Batalha da Borracha”.

Do ponto de vista estratégico, a atuação na Amazônia estava também bastante ligada à ocupação do “imenso espaço despovoado”. A política de colonização desse período representa essa preocupação. Mas foi uma política que não obteve sucesso; o aumento da população da região, ao longo dos anos 40, é atribuído à migração nordestina incentivada pela “Campanha da Borracha”.

O fracasso das políticas de intervenção federal na Amazônia levou à preocupação, logo após a Segunda Guerra, de se estabelecer um programa mais amplo de apoio às atividades produtivas da região. Essa preocupação segue a tendência do planejamento regional no mundo, que só adquire expressão definida no pós Segunda Guerra, quando aumentaram as inquietações sobre o desenvolvimento econômico com base no espaço regional (PERIDES, 1994; EGLER, 1995). A questão regional perde o aspecto positivo que tivera no discurso de Estado Novo. Nos anos 50 a diferenciação regional passa a ser vista como empecilho ao desenvolvimento e, ao interior do país, volta a ser associada a idéia do fracasso (MORAES, 2001).

Este contexto dá margem para uma política intervencionista como um instrumento de atuação do Estado no combate às desigualdades regionais, tornando o planejamento regional como principal instrumento de modernização do país. Indicativos disto foram o estabelecimento, pela constituição de 1946, da destinação de 3% da receita tributária federal, durante 20 anos, para o financiamento de um programa de desenvolvimento

regional para a Amazônia e a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia, em 1950. Criam-se mecanismos para uma ação mais intensa e abrangente do Estado no que diz respeito às políticas territoriais, havendo uma modificação substantiva neste enfoque. Assim, a Amazônia passou a ser tratada pelo Estado numa perspectiva de conjunto, com a preocupação de integração ao centro-sul do país, ou seja, incluindo-a no projeto nacional (COSTA, 2002).

A Geografia participou dessas tendências de estabelecimento de ações intervencionistas do Estado, sendo influenciada pelas teorias econômicas de desenvolvimento regional. Nessas novas abordagens conceituais, um dos aspectos mais marcantes, segundo Paulo PERIDES (1994:98), é o vínculo estabelecido entre o conceito de região e o planejamento regional, ou seja, “as noções de divisão regional e de região passaram a ser fortemente concebidas em função de sua aplicabilidade às necessidades do planejamento.”

Em 1953, foi elaborado o “Plano de Valorização Econômica da Amazônia” e criada uma superintendência — a Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) — para definir e implementar este plano. Houve mais de seis anos de debates entre a promulgação da constituição e a implementação da lei que regulamentava o artigo sobre essa disposição. Quanto à jurisdição geográfica de aplicação da lei, o primeiro conceito adotado foi o da *Amazônia clássica*¹³, mas, em 1966, essa área foi ampliada “a fim de adaptar-se melhor ao conceito econômico da Amazônia, em oposição ao outro, puramente geográfico” (MAHAR, 1978:16). Assim, deu-se a delimitação da Amazônia Legal:

A Amazônia, para os efeitos desta lei, abrange a região compreendida pelos estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos territórios federais do

¹³ A Amazônia clássica compunha-se dos estados do Pará e Amazonas e – naquele momento – dos territórios do Acre, Rio Branco (mais tarde denominado Roraima), Amapá e Guaporé (posteriormente Rondônia) (TOCANTINS, 1966:9).

Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16°, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44°.¹⁴

Os critérios para delimitação da Amazônia Legal são muito abstratos e arbitrários. Considerando-se toda a discussão que havia na época sobre o conceito de região em Geografia, pode-se dizer que seja mesmo um critério sem qualquer justificativa teórica. Um dos trabalhos mais completos sobre a discussão da delimitação da Amazônia foi publicado em 1950, pelo INPA. Em “Amazônia: o conceito e a paisagem”¹⁵, Eidorfe MOREIRA¹⁶ (1958:9) afirma não ser fácil definir ou delimitar a Amazônia, “a começar pela plurivalência de sentido do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica como uma província botânica, um conjunto político como um espaço econômico.” A partir disso o autor discute os vários “conceitos”, como ele chama, utilizados para se definir Amazônia. Os critérios discutidos são o hidrográfico, o fitogeográfico, o zoogeográfico, o político e o econômico. Segundo ele, o primeiro é o mais amplo e definido em termos geográficos, pois se refere à bacia fluvial do Rio Amazonas. Como província botânica, corresponderia à “floresta equatorial sul-americana”, ou a Hiléia de Humboldt. Do ponto de vista zoogeográfico, como existe uma natural correlação entre a flora e a fauna, a floresta representaria tanto um espaço botânico como faunístico, e o autor então elenca as características que definiriam a Amazônia como província zoogeográfica. Mesmo considerando-se estes primeiros parâmetros naturais de delimitação dessa

¹⁴ Artigo 2o do Capítulo I do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Lei no 5.173, de 27 de outubro de 1966).

¹⁵ Texto editado em 1958, pelo INPA, com o título “Conceito de Amazônia”, e ampliado e reeditado em 1960, pela SPVEA.

¹⁶ Eidorfe Moreira foi um professor de geografia do ensino secundário, além de bacharel em Direito. É considerado um importante geógrafo paraense. Trabalhou no setor de divulgação da SPVEA desde a fundação desta, sendo autor de várias obras sobre Amazônia.

região, o autor afirma que os limites da Amazônia continuam sendo imprecisos e convencionais, além de nem sempre haver coincidência entre a Amazônia hidrográfica e a Amazônia botânica e faunística.

Discorrendo sobre o que chama de conceito político, Eidorfe MOREIRA diz:

Num sentido mais restrito e nacional, Amazônia designa uma das regiões naturais em que se divide o Brasil. Segundo a divisão corrente, já de há muito adotada para certos fins oficiais, essa região compreende a vasta zona equatorial do País que se individualizou geograficamente em torno do grande rio que a percorre e nomeia. Integram-na as unidades que compõem o quadro político do Setentrião brasileiro — razão porque também se chama Região Norte — e que têm nesse rio, ou nos seus afluentes, o seu nexó geográfico. (MOREIRA, 1958:33)

Dito de outra forma, segundo ele, politicamente, a Amazônia se definiria como uma região natural com limites adaptados aos estados da federação do Norte do Brasil, os quais se encontram na bacia do Rio Amazonas. O que o autor nomeia como Amazônia política refere-se à delimitação conhecida como Amazônia clássica. Eidorfe MOREIRA (1958:34) afirma que, embora essa região apresente um sentido de unidade mais definido do que qualquer outra, tanto física quanto historicamente, a sua delimitação territorial “não se processou em termos geográficos e sim em função de uma acomodação política”, prevalecendo a integridade das unidades políticas dos estados na definição da região.

Finalmente, o autor passa a falar do “conceito econômico” — referindo-se à delimitação da Amazônia Legal — alegando que “a Amazônia interessa hoje em dia menos pelo que é no sentido geográfico do que pelo que significa ou promete economicamente falando” (MOREIRA, 1958:37). Os motivos de uma nova delimitação de Amazônia pela SPVEA, na ocasião de sua criação, segundo ele, estariam ligados a esses interesses econômicos, “uma vez que as considerações econômicas passaram a primar sobre as demais como base dessa

conceituação”¹⁷ (MOREIRA, 1958: 40). Houve, nessa época, uma discussão sobre os critérios que deveriam apoiar a nova delimitação da Amazônia para as finalidades da lei. Entre todas as proposições, três acabaram destacando-se: o critério geodésico, o fisiográfico e o botânico. O botânico tinha sido adotado no projeto de lei que regulava o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o fisiográfico foi proposto pelo CNG – Conselho Nacional de Geografia, e o geodésico foi apresentado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, tendo sido este último adotado com ligeiras alterações.

A nova delimitação, apoiada no critério geodésico, já era criticada no decorrer do processo de discussão das propostas. Em 1948, Lúcio Soares, geógrafo do CNG, defendia uma nova demarcação da Amazônia para “fins exclusivos de planejamento econômico”, considerando que o vasto domínio da Hiléia Amazônica, embora adequado para delimitação regional do ponto de vista científico, não bastaria para a finalidade proposta. Para o autor, a Amazônia definida para planejamento econômico deveria incluir as áreas por onde passariam as vias de acesso do programa de recuperação e valorização econômica da região. Porém, apontava as desvantagens do uso dos critérios da bacia amazônica e também do geodésico, afirmando que este último apresentaria inconvenientes ainda maiores que o primeiro, por incluir, nos limites amazônicos, áreas com “características puramente da região Centro-Oeste [e outras com] características físicas e humanas típicas do Nordeste Brasileiro” (SOARES, 1948:6).

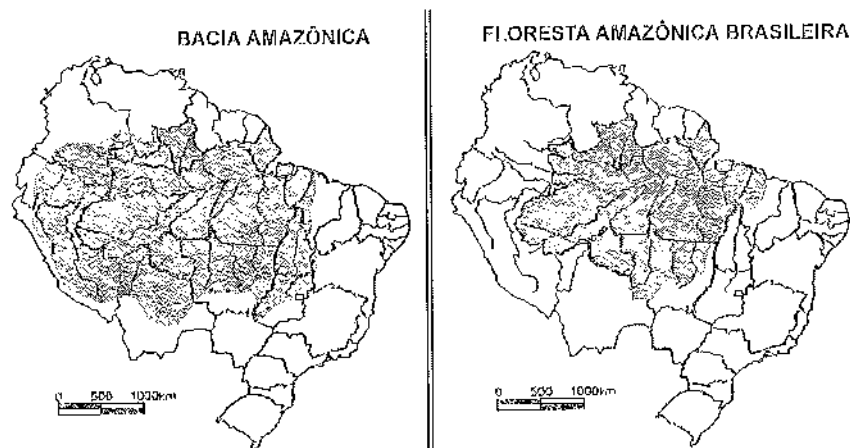
Eidorfe MOREIRA (1958:43) também critica a adoção do critério geodésico, afirmando que “Sob o ponto de vista geográfico, não foi certamente o mais acertado.” Classifica-o como precário e abstrato, além de ter inconvenientemente projetado os limites da Amazônia além das fronteiras naturais da bacia amazônica. E conclui dizendo que critérios como esse são aceitáveis quando se trata de divisões político-

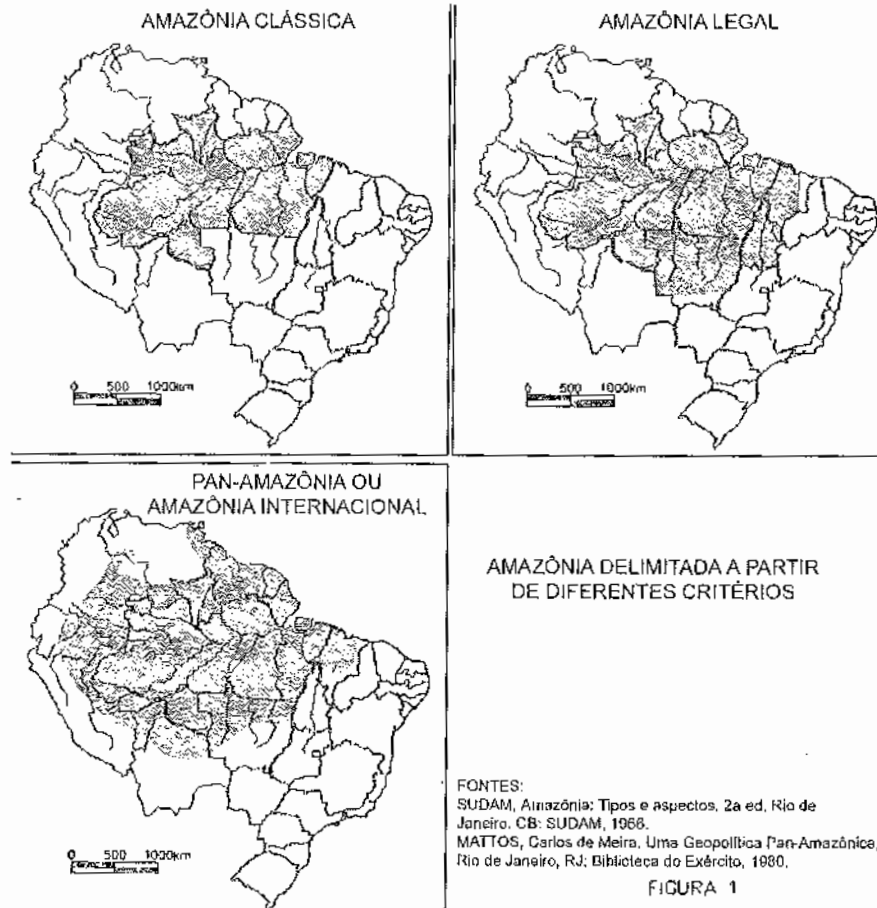
¹⁷ Do ponto de vista econômico, a Amazônia é caracterizada por Eidorfe MOREIRA (1958) como: grandes possibilidades de presença de recursos naturais; economia preponderantemente extrativista; e deficiência de capitais e de recursos técnicos.

administrativas ou judiciárias, “mas nunca a uma região, que é uma entidade eminentemente geográfica e como tal insuscetível de limitações abstratas” (MOREIRA, 1958:44).

Fica clara a posição do autor, para quem a consideração dos elementos naturais na conceituação da região geográfica deveria ser fundamental. Este foi o critério que pautou a maior parte das divisões adotadas oficialmente pelo Estado brasileiro, e difundida principalmente no ensino de Geografia, como será visto mais adiante. Fazendo jus aos motivos que nortearam a criação da Amazônia Legal, predominou em sua delimitação o parâmetro econômico, isto é, o de expandir ao máximo os limites da fronteira econômica para a penetração do capital.

Assim, se a divisão política desrespeitou a unidade fisiográfica para acomodá-la ao contorno dos estados da federação, o que pode ser justificado pela finalidade de organização de dados estatísticos ou facilitação do ensino, a definição da Amazônia Legal desrespeitou tanto uma como outra, sendo de fato arbitrária e injustificável, a não ser pelos motivos de ordem econômica. Além disso, considerando-se apenas a porção da Amazônia que se encontra em território brasileiro, até então, qualquer que fosse o critério adotado para sua delimitação a extensão da região não diferia grandemente, mas o conceito de Amazônia Legal corresponde a uma área um terço mais ampla que a da Amazônia clássica, cobrindo quase 60% do território nacional.





Foi com a criação da SPVEA que foi introduzida a noção de planejamento da Amazônia, tornando explícitas as políticas territoriais para a região (COSTA, 2000). O primeiro plano desta superintendência (I Plano Quinquenal – 1955-1960) teve um caráter espacial, segundo a Equipe PIMES (1978), sendo os investimentos setoriais alocados em um número relativamente restrito de “zonas de desenvolvimento prioritário”.

São também dessa época as iniciativas do governo Kubitschek (1956-1960) de promover a “interiorização do desenvolvimento brasileiro”, com a construção de Brasília e das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, que se constituiriam nos dois principais eixos de

ocupação da região nas décadas seguintes. A própria construção de Brasília representou a implantação de um “posto de vanguarda” para a ocupação do norte e oeste do país. Na verdade, segundo Wanderley Messias da COSTA (2000), até meados da década de 60, as transformações que acontecem na Amazônia são decorrentes das medidas do Plano de Metas, no qual destacam-se a transferência da capital do país e o setor de transportes.

A década de 1960 teve início com uma grande euforia de expansão do modo de produção capitalista, pautada pela ideologia do desenvolvimentismo, tão propagada no Brasil no período dos governos militares pós-64. Em nome da segurança e do desenvolvimento foi que se implantou no país, por exemplo, a agressiva política rodoviária estendida, principalmente, em direção à Amazônia. Atrelada à ideologia do desenvolvimento, estava a da segurança nacional, que promoveu o avanço das frentes pioneiras na Amazônia e justificou várias ações do Estado na região a partir (OLIVEIRA, 1988; BECKER, 1997, COSTA, 2000).

Foi também o compromisso com esse “progresso” que levou à formação de escolas de pensamento, nas várias ciências sociais, que passaram a utilizar-se de métodos matemático-estatísticos para obscurecer as conseqüências negativas dessa opção pelo crescimento econômico não racionalizado. Essa corrente ficou conhecida como Geografia Quantitativa, embora seus defensores a chamassem “Nova Geografia”. No IBGE encontraram-se grandes representantes desta escola, e esse órgão continuou, nesse período, a subsidiar e apoiar as políticas governamentais de desenvolvimento (ANDRADE, 1977:13; PERIDES, 1994:88).

Quando foi decidida a realização de uma nova divisão regional do Brasil, nos anos 60, constatou-se — principalmente devido ao relacionamento que se estabeleceu, no Brasil, entre a região e o planejamento regional — que estabelecer uma única divisão regional para diferentes finalidades não seria suficiente. Essa nova divisão acontece num contexto de ampla discussão, na Geografia, sobre regionalização. A União Geográfica Internacional – UGI cria uma

Comissão sobre métodos de Regionalização Econômica que a define a partir de sua aplicação prática, ou seja, o “estabelecimento ou a elaboração de uma divisão regional destinada a ser institucionalizada como base territorial para a ação de órgãos de governo ou outros” (BERNARDES, 1970:123). Assim, foram definidas três divisões regionais para o país, segundo distintos critérios e finalidades: a primeira utilizou o critério de homogeneidade, resultando na divisão do Brasil em regiões homogêneas; a segunda estabeleceu a divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas e a terceira seria uma tentativa de combinar as duas anteriores, ou seja, uma combinação dos critérios de homogeneidade e de vida de relações¹⁸, dando origem a um modelo regional para fins de planejamento e estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional. “Corresponderia às chamadas ‘regiões de planejamento’, que teria por objetivo definir áreas para a implementação de certos órgãos de desenvolvimento regional”¹⁹ (PERIDES, 1994:89).

Paulo PERIDES (1994:90) reafirma que essas três divisões regionais, elaboradas novamente pelo IBGE, refletiam um processo de regionalização concebido em função de sua aplicação prática. Assim, essa instituição era conclamada não apenas a produzir estudos “neutros” sobre o território brasileiro, como a fornecer e justificar as divisões regionais que serviriam como base para as políticas territoriais por parte do governo.

Nessa divisão foram definidos dois níveis hierárquicos básicos: o das micro e macro-regiões homogêneas; as micro-regiões foram definidas para fins estatísticos e as macro representavam um referencial territorial para a administração pública, além de ter finalidades voltadas ao ensino. A divisão regional em macro-regiões homogêneas é a que mais interessa

¹⁸ O critério de “vida de relações” seria baseado na delimitação das áreas de influência e hierarquia urbanas.

¹⁹ O autor refere-se a órgãos como superintendências de desenvolvimento, órgãos de planejamento regional em áreas menores (Codevasp, Scedevasf) e projetos de desenvolvimento (Prodepan, Prodegrand, Prodepar).

neste trabalho, pois é a que está marcada na consciência de brasileiros, certamente por ter sido a divisão utilizada para o ensino de Geografia em todos estes anos. Aliás, este era um dos objetivos da divisão, segundo PERIDES (1994); fornecer quadros territoriais mais apropriados para o ensino de Geografia, além de servir para o agrupamento de dados estatísticos e mesmo para a regionalização da ação do governo.

Embora os critérios para definição das macro-regiões homogêneas não fossem mais os naturais, como na divisão de 1945, o resultado acabou sendo semelhante. Para Paulo PERIDES (1994:90), a nova divisão, baseada na combinação de aspectos naturais, sociais e econômicos, não era muito diferente das antigas “regiões geográficas”, de Vidal de La Blache.

Como é possível perceber, ambas as divisões regionais do Brasil, a de 1945 e a de 1968, têm um vínculo com o planejamento regional, embora esta finalidade esteja muito mais explicitada na segunda regionalização. Porém, no caso da Amazônia, esse planejamento será norteado, a partir da década de 60, principalmente pela delimitação da Amazônia Legal. Pode-se dizer que, a partir de 1966, passam a existir duas delimitações oficiais de Amazônia: a do IBGE²⁰ e a da SUDAM. Embora ambas as nomenclaturas — Amazônia e Amazônia Legal —, tenham sido assimiladas ao nível do senso comum, há dificuldade de associação aos recortes territoriais correspondentes²¹.

A criação da Amazônia Legal foi o primeiro passo para a ocupação da região fundamentada na doutrina de segurança militar e na expansão

²⁰ Nos estudos regionais do IBGE, embora a Amazônia seja nomeada *região Norte* — uma das suas cinco macro-regiões — no decorrer dos textos é sempre utilizada a palavra “Amazônia” para referir-se a ela, transformando, assim, ambos os termos em sinônimos.

²¹ Uma pesquisa sobre a noção de Amazônia e de seu recorte territorial ao nível do senso comum pode ser vista em BUENO, Magali Franco. “A representação de Amazônia.” In: O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

capitalista pós-64. Embora já existisse, em tese, garantia de recursos ao desenvolvimento da Amazônia, pela constituição de 1946, estes raramente chegaram ao seu destino. As dificuldades financeiras, além das administrativas e políticas da SPVEA, levaram à criação, em 1966, de um novo órgão de fomento regional, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

A fundação da SUDAM estava atrelada a um conjunto de políticas elaboradas para a região, conhecido como “Operação Amazônia”. Este plano dava ênfase a um incremento no papel da empresa privada na Amazônia e intensificava a utilização de incentivos fiscais para tal finalidade.

A intervenção federal na Amazônia, neste período, tinha objetivos econômicos e geopolíticos. Economicamente, promoveu-se a aplicação de um modelo pautado pela industrialização via substituição de importações. Essa estratégia era a mesma utilizada pela SUDENE, que se constituiu no marco de referência para a implantação da SUDAM. Porém, nesta última, ocorreu a assimilação do modelo da primeira sem avaliação ou estudo crítico do seu desempenho, desprezando as diferenças entre as regiões e mesmo as insuficiências do órgão nordestino (CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE & CAVALCANTI, 1976). A preocupação geopolítica era fundamentalmente com a ocupação das áreas de fronteira, fazendo parte deste objetivo a colonização “oficial” da Amazônia.

Como o primeiro plano da SPVEA para a Amazônia, o I Plano Quinquenal da SUDAM (1967-1971) também selecionava áreas para concentração dos recursos, priorizando aquelas que apresentassem “as pré condições mínimas e os recursos naturais favoráveis a programas intensivos de desenvolvimento econômico” (EQUIPE PIMES, 1984:396). Para isso, foram identificados os principais “pólos” de crescimento na Amazônia Legal e os corredores que ligavam dois ou mais deles. Mais uma vez fica clara a importância das rodovias na ocupação da Amazônia Legal, já que dos quatro corredores definidos, três correspondiam a eixos rodoviários.

No Brasil, as políticas regionais tiveram grande influência das concepções de Perroux, conhecido através da sua concepção dos “pólos

de crescimento”. Dessas concepções derivou uma visão de que a questão regional passaria a ser um aspecto subordinado da questão nacional. No Brasil, a partir da crise de 1973, “a estratégia governamental se tornou mais seletiva, atuando não mais numa escala macro-regional e sim sub-regional, através da implantação de pólos de crescimento” (EGLER, 1995:214).

Foram elaborados, na década de 70, mais dois Planos de Desenvolvimento para a Amazônia (I e II PDAMs), como desdobramento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PNDs). Como no período dos governos Getúlio Vargas, os planos — embora norteados por diferentes princípios — continuam enfatizando a importância do desenvolvimento da Amazônia ligado ao desenvolvimento do país como um todo. Além disso, está muitas vezes presente nos planos a idéia de amenizar os conflitos sociais em outras partes do país — notadamente o Nordeste — por meio da migração para essa região. Esta estratégia, além de minimizar problemas em outras regiões, promoveria a ocupação dos “espaços vazios” na Amazônia.

Enquanto Getúlio Vargas incentivava o extrativismo, o período militar dá subsídios para a implantação de projetos concebidos sem a preocupação com a adaptabilidade deles à região.²² No período militar pós-64, as intervenções do Estado na Amazônia deu-se através de medidas agressivas com relação à expansão da fronteira, como construção de rodovias e projetos de colonização. Inicialmente, os mecanismos de incentivos fiscais e de crédito foram destinados prioritariamente a projetos agrícolas, pecuários e industriais, mas durante o segundo PND, devido ao declínio dos investimentos, essas ações foram intensificadas por meio

²² Maria Regina SADER (1986:38) mostra o incentivo da SUDAM a empreendimentos pecuários, colocando a Amazônia como “o maior pasto do mundo.” Alguns autores, como Armando Dias MENDES (1997:80) e Tânia ARAÚJO (1993:88), questionam estes planos de desenvolvimento para a região, pautados pela demanda, ao invés de procurar-se mercados para os produtos que a região pode oferecer.

da implantação dos pólos regionais de desenvolvimento. Segundo Wanderley Messias da COSTA (2000), estas mudanças explicitam o abandono de uma política de ocupação de tipo extensivo e abrangente para a região, optando-se pela ênfase nos setores que pudessem contribuir para o aumento das exportações.

Não serão discutidos aqui os subsídios à formação de capital na região e suas conseqüências, nem os resultados destes planos. Cabe colocar que, embora o desenvolvimento do capital auxiliado pela ação do Estado tenha sido capaz de eliminar as “ilhas” de economias regionais, alguns autores consideram que esse processo não propiciou a extinção da região (CARLEIAL, 1993:36-7). Desde a criação da SUDAM, a intervenção federal intensiva na Amazônia provocou transformações profundas em seu quadro natural e em sua vida regional. Estas mudanças não se disseminaram homoganeamente pelo território amazônico, tendo sido muito mais intensas nas áreas pioneiras dessas três últimas décadas de ocupação, particularmente nas suas porções oriental e meridional. Todas essas alterações podem levar ao questionamento sobre a permanência da região amazônica. A despeito da possibilidade de se considerar a Amazônia como uma região geográfica, é indiscutível sua existência como representação.

É necessário enfatizar que todas as políticas federais para a região, desde o primeiro governo Vargas até os anos 70, reforçaram alguns estereótipos em relação à Amazônia, como o de que a região é um imenso espaço vazio à espera de colonizadores. Outra forte associação que também esses planos promoveram foi com a predominância das características naturais: o extrativismo num momento, os grandes potenciais minerais e a floresta como empecilho ao progresso em outro. Permanecem associadas à representação sobre a Amazônia da sociedade brasileira atual algumas destas noções. A propaganda governamental, principalmente durante o período militar, e os meios de comunicação contribuíram muito para a assimilação destas idéias, mas foi o ensino de Geografia escolar um dos seus principais disseminadores.

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A ASSIMILAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS: O CASO DA AMAZÔNIA

Nas três primeiras décadas do século XX dois aspectos, basicamente, caracterizavam os livros e a estruturação do ensino de geografia no Brasil: em primeiro lugar, havia uma carência de *status* da disciplina — uma vez que ela não fazia parte do currículo de nenhum curso superior — e, em segundo lugar, a permanência do seu modelo, ou seja, continuavam ainda a predominar, nos livros de geografia, as relações de topônimos e informações sobre os territórios (RIBEIRO, 1987).

A partir de 1913, a atuação de Delgado de Carvalho²³ introduz um processo de renovação do livro didático de geografia brasileiro. Este autor

[...] procura inserir a Geografia brasileira, pelo menos a que se forjava nos livros, nos rumos da Geografia francesa, adotando não só a terminologia como o método de abordagem que estavam consagrados naquele momento e, acima de tudo, revelando uma grande preocupação com a conceituação teórica. (RIBEIRO, 1987:58)

Em 1927, em seu *Geographia do Brasil*, ele assim apresenta o estudo da disciplina:

O estudo da geographia do Brasil, que até aqui foi feito, teve por objetivo mostrar, no seu conjunto, como se distribuem pelas áreas do paiz as principais feições physiographicas [...]. O problema da geographia regional tem agora por fim uma revisão destas feições e destes fatores, não sob o ponto de vista das unidades administrativas ou Estados, mas sob o ponto de vista das unidades geographicas que existem no paiz. (CARVALHO *apud* RIBEIRO, 1987:58-9)

Segundo Luiz Antonio RIBEIRO (1987:60-1), a partir de 1935, os livros didáticos de Delgado de Carvalho apresentam, além da marcante

²³ Delgado de Carvalho faz parte da primeira geração de geógrafos brasileiros, tendo trabalhado explicitamente com matérias relativas ao campo disciplinar da Geografia. Esteve diretamente envolvido com a Escola Livre Superior de Geografia, criada em 1926 e ligada à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – SGRJ (MORAES, 2002:163).

influência da Geografia francesa, uma maior submissão aos programas oficiais, características que influenciarão todos os livros didáticos que se sucedem a partir de então. Algumas particularidades, como a preocupação com “a veracidade científica do fato geográfico”, vão persistir até aproximadamente a década de 70.

Nas décadas de 1930 e 40, com o desenvolvimento do conhecimento geográfico — produzido em órgãos de pesquisa, como o IBGE, e nas instituições de nível superior —, além da própria expansão do ensino, há um importante avanço na produção de livros didáticos de Geografia.

Ao mesmo tempo em que a produção acadêmica vai se distanciando do ensino de Geografia no nível secundário, a importância do IBGE vai aumentando neste sentido²⁴. Nos anos 50, esta instituição produziu uma série de trabalhos, na forma de textos de apoio ao professor, que acabaram influenciando muitos autores de livros didáticos que surgem até a década de 70.

Dois autores são considerados exceções nesse distanciamento entre os dois níveis de ensino na Geografia: Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo²⁵. Este segundo, além disso, liderou o movimento de reformulação de textos e do ensino de geografia no nível médio, a partir da década de 30. Superando a simples nomenclatura e fundamentando suas informações em pesquisas, os livros de Azevedo “rapidamente conquistaram o professorado, multiplicando-se as tiragens e as edições” (RIBEIRO, 1987:65-6).

²⁴ Muitos geógrafos do IBGE, principalmente a partir da década de 1950, são também professores de Geografia de nível médio.

²⁵ Este autor foi professor do antigo curso secundário por vários anos e, a partir de 1936, ensinou Geografia para o curso superior. Foi professor em três faculdades, ingressando posteriormente na FFCLUSP, onde foi diretor do Instituto de Geografia no período de 1963 a 1967. Wilson dos SANTOS (1984:60) considera que em seus trabalhos geográficos é possível reconhecer uma filiação aos preceitos positivistas-funcionalistas da “Geografia moderna” francesa.

Os textos de Aroldo de Azevedo em nenhum momento entram em choque com os ideais do Estado Novo, mesmo com as exigências da Reforma Capanema²⁶, da década de 40:

Do mesmo modo que D. de Carvalho, A. de Azevedo apresenta uma Geografia em harmonia, onde os princípios que ele tanto enfatiza vão produzir um leque de interpretações marcadas por uma visão de mundo europocêntrica e ideologicamente comprometida com os interesses dos setores dominantes da sociedade capitalista. Assim, em nenhum momento os conflitos sociais são revelados. (RIBEIRO, 1987:68)

A Geografia construída nos anos 40 e que se moderniza nos livros didáticos tem o compromisso de “legitimar a ordem econômica, social e política vigentes, estabelecidas pelo poder dos setores dominantes da sociedade” (RIBEIRO, 1987:70), e desta forma, coloca-se a serviço do Estado.

Em 1944, Soares Guimarães apresenta na Revista Brasileira de Geografia a Divisão Regional do Brasil, afirmando que o ensino da Geografia, quer física, quer humana, quer econômica, poderia ser feito comodamente com base nas regiões naturais (PERIDES, 1992:20). Essa proposta vai ao encontro do papel determinado para a Geografia pelo Estado Novo²⁷.

²⁶ Várias reformas regulamentaram o ensino no Brasil, mas é a partir de Getúlio Vargas que se inicia a ingerência direta do Estado na educação. Nos seus governos são promovidas duas reformas de ensino: A Francisco Campos (1931) e a Gustavo Capanema (1942). Principalmente nesta última, “a Geografia surge como disciplina formadora da juventude em sua preparação para o cumprimento dos deveres de cidadania, para o fortalecimento do civismo e do patriotismo, com forte apelo ao nacionalismo” (RIBEIRO, 1987:36).

²⁷ Pedagógico Cactano de Campos em seu livro *Como se ensina Geografia*, de 1933: “A Geographia da pátria cada um estuda mais com o coração do que com o espírito. E é assim que ella deve ser ensinada às crianças. Não commentemos os fatos, não façamos comparações. Limitemo-nos a mostrar o que a nossa pátria é” (A. F. PROENÇA *apud* RIBEIRO, 1987:37).

A partir de 1945, os livros didáticos de Geografia regional adotaram a regionalização proposta segundo as regiões naturais, cujos limites foram adaptados aos limites das unidades político-administrativas estaduais. Além de produzir a base sobre a qual várias gerações de estudantes conheceram o Brasil, a partir de então, também forneceu os recortes territoriais sobre os quais foram assentadas todas as políticas de desenvolvimento regionais promovidas pelo Estado nas décadas seguintes. Estas duas finalidades geraram uma visão do Brasil e das unidades regionais que permanece até hoje para a maior parte dos brasileiros.

O conceito de região elaborado nesta época esteve a serviço das necessidades e interesses do Estado e, sendo assim, deveria evidenciar apenas as diferenças naturais, pois a apreensão das diferenças sociais e políticas não seria útil para a consolidação da unidade nacional. A implementação da divisão regional de 1945 levou à “naturalização” dos problemas regionais brasileiros e também à reificação das regiões (PERIDES, 1992:21), obscurecendo o fato de que elas são constructos sociais, ou seja, o fundamental do conceito de região.

Essa forma de apreensão das regiões brasileiras, difundida pelo ensino de Geografia, por um lado encobriu os motivos históricos, sociais e econômicos que levaram à diferenciação sócio-espacial do Brasil e, por outro, colaborou enormemente para a formação de uma consciência e de uma ideologia nacionais e para o fortalecimento do Estado nacional.

Com as transformações nos cenários mundial e brasileiro pós-Segunda Guerra, muitas mudanças ocorreram na pesquisa geográfica brasileira e na estruturação do ensino e do livro didático. Porém, como assinala Manuel Correia de ANDRADE (1977:11-2), a comunidade geográfica não participou dos debates sobre os grandes problemas nacionais, como as demais ciências sociais, e o reflexo disso nos livros didáticos foi que eles reproduziram apenas o que havia sido elaborado nas décadas anteriores. Nos livros dos dois autores campeões de vendas da década de 50 — Mário da Veiga Cabral e Aroldo de Azevedo — o conteúdo e a abordagem continuam os mesmos das décadas anteriores.

As mudanças no Brasil, nos anos 60, provocadas pela industrialização e urbanização aceleradas e o rápido desenvolvimento

dos meios de comunicação, refletem-se também nos livros didáticos. Só então os livros de Aroldo de Azevedo começam a ceder lugar aos novos, que surgem inspirados pela conjuntura do nacional-desenvolvimentismo (MOREIRA, 1983/84 *apud* RIBEIRO, 1987:75). O conteúdo e a abordagem dos livros de Aroldo de Azevedo ainda continuam os mesmos de mais de duas décadas anteriores. Embora, na maior parte de seus substitutos, o conteúdo seja mais pobre, às vezes apresentando conceitos até de forma incompleta e incorreta, cumprem seu papel de transmitir informações de forma coerente com o discurso desenvolvimentista oficial.

Se os conteúdos dos livros didáticos de Geografia continuavam praticamente idênticos aos seus antecessores de décadas, no que diz respeito ao estudo da Amazônia, nem mesmo a nova divisão regional do Brasil, oficializada em 1968, surtiria mudança nesse sentido, já que na divisão regional do Brasil em regiões homogêneas, adotada para fins didáticos, a região norte continuou idêntica à da divisão anterior.

Em 1968, as características de homogeneidade da região foram definidas pela combinação de aspectos naturais, sociais e econômicos, e não mais apenas pelos aspectos naturais, como na divisão de 1945. Considerando-se esse critério de combinação de aspectos e o fato de que a região norte — assim como a centro-oeste — não sofreu alterações em relação à divisão anterior, poder-se-ia supor que nela o quadro natural ainda permanecesse dominante em relação aos demais aspectos. Mas Paulo PERIDES afirma que o uso desse “modelo” para o ensino de Geografia, no Brasil, pode ser explicado também pela base metodológica usada para a elaboração dessa proposta, que foi a da Geografia quantitativa, aliás, opção coerente também com o governo militar da época (ANDRADE, 1977; PERIDES, 1994). Esta opção resultou, segundo o autor, apenas numa análise parcial da realidade regional de então²⁸.

²⁸ Ainda segundo Paulo PERIDES (1994), as primeiras discussões sobre os novos significados de região que deveriam fundamentar a implantação de uma nova divisão regional do Brasil nos anos 60, foram orientadas basicamente por geógrafos franceses,

A escolha das regiões homogêneas para fins do ensino da Geografia foi considerada menos problemática do que uma divisão que levasse em conta uma totalidade espacial, em parte porque era bem semelhante à divisão anterior. Além disso, o estudo das novas regiões continuou pautado pela célebre separação entre aspectos naturais, humanos e econômicos. Para Paulo PERIDES (1994:93), “de modo confesso, e por que não dizer ilógico, continuou a predominar um ‘tratamento’ ecológico e possibilista de origem vidaliana para uma ‘forma’ (a região) definida por outros referenciais teóricos.”

As obras didáticas de Aroldo de Azevedo (1910 – 1974) são um bom exemplo do modo como a Amazônia tem sido representada nos livros didáticos de Geografia brasileiros ao longo de décadas. O autor é reconhecido como expressivo representante da Escola Paulista de Geografia, tendo influenciado tanto a produção geográfica das universidades brasileiras como o ensino médio nacional de Geografia, pela sua enorme produção de livros didáticos, dedicados principalmente aos antigos níveis ginasial e colegial. “Durante mais de 30 anos seus compêndios praticamente monopolizaram o setor didático, sendo adotados em todas as regiões do Brasil” (CONTI, 1976:32). Foram 30 volumes, publicados entre 1934 e 1974, que tratavam da Geografia do Brasil²⁹ e do mundo.

Muitas gerações de brasileiros estudaram Geografia a partir de sua obra didática. Dessa forma, a seleção de três de seus livros — *Geografia das Crianças* (1947), destinado ao ensino primário; *Geografia do Brasil* (1959)³⁰, dedicado ao que se chamava na época curso ginasial; e um

em cujas propostas estavam envolvidos espaços homogêneos e funcionais, ou seja, estava presente a idéia de totalidade espacial, noção que desapareceu na proposta adotada.

²⁹ Três dessas obras didáticas propõem-se a estudar o Brasil segundo uma divisão regional: *As regiões brasileiras*, de 1962, *As regiões brasileiras* (nova edição), de 1966 e *O Brasil e suas regiões*, de 1971. É curioso que o autor elabore um estudo do Brasil com finalidade didática pautado pela divisão regional oficial apenas 16 anos após sua oficialização.

³⁰ Trata-se da 93ª edição, mas o que importa aqui é o conteúdo que estava sendo transmitido, ainda neste ano, sobre a Amazônia.

estudo do Brasil feito a partir de divisão regional, *As regiões brasileiras* (1969)³¹ — pode ser elucidativa da representação da Amazônia transmitida por meio da Geografia escolar no Brasil.

A Amazônia é destacada principalmente quando se trata dos aspectos naturais do território brasileiro, ressaltando-se a grandiosidade das florestas e dos rios. A “vida econômica” da região aparece associada ao extrativismo, atividade compatível com o nível de desenvolvimento e o modo de vida de sua população, formada predominantemente por índios e caboclos. Os primeiros são descritos como povos primitivos que “vivem completamente isolados da civilização, nos vastos territórios que constituem a bacia amazônica e noutros pontos esparsos [...] vivendo em plena idade palcolítica” (AZEVEDO, 1959:102). Quanto aos caboclos, constituem um “tipo étnico mestiço”, com “forte dose de sangue indígena; passa uma vida sem grandes ambições, pescando no baixo Amazonas ou servindo de vaqueiro nos campos do Rio Branco” (AZEVEDO, 1959:97).

A visão de Aroldo de Azevedo sobre a Amazônia é ambivalente: a natureza é mostrada como fonte de riquezas, grandiosa e pujante, mas ao mesmo tempo, hostil ao homem. Em vários trechos é possível perceber as associações entre floresta e barbárie, população autóctone e atraso. Prevalece o discurso da assimilação do indígena à cultura ocidental, através do paciente e incansável trabalho de missionários e homens como Rondon (AZEVEDO, 1959:104). Muitas dessas idéias foram durante muito tempo divulgadas pelo próprio IBGE, principalmente através dos seus “Tipos e aspectos do Brasil”, cujos textos e, principalmente figuras, eram bastante reproduzidos em livros didáticos até a década de 70.

No livro intitulado *As regiões brasileiras*, são discutidos critérios de regionalização e a diferença entre “regiões naturais” e “regiões humanas”, propondo-se uma compartimentação regional diferente

³¹ A primeira edição dessa obra é de 1962.

daquela determinada pelo IBGE, a partir da defesa da adoção de “uma divisão regional que se aproxime da realidade geográfica” (AZEVEDO, 1969:104). Apesar disso, a Amazônia de Aroldo de Azevedo é apresentada com o mesmo recorte territorial que a região Norte do IBGE, sendo caracterizada a partir da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, do clima e do recobrimento florestal. Assim, na perspectiva do autor, na Amazônia as características naturais seriam predominantes sobre as humanas. O homem é apresentado como submisso ao meio, ou simplesmente ausente. Esse é um dos aspectos mais recorrentes no seu discurso sobre a região, enunciado por meio de expressões como “‘deserto’ humano” (AZEVEDO, 1969:42), “terras de ninguém” (AZEVEDO, 1969:47), “imenso território por conquistar e povoar” (AZEVEDO, 1969:43).

Muitas dessas concepções sobre a Amazônia estão presentes no senso comum. Formaram-se num processo de contínua assimilação das divisões regionais oficiais do território brasileiro, subsequentemente à oficialização dessas regionalizações. São apreendidas não apenas as delimitações, mas características referentes a cada um desses recortes, produzindo uma reificação das regiões, pela qual o principal responsável é o ensino de Geografia nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível verificar a existência de um conjunto de representações sobre a Amazônia na sociedade brasileira. A formação dessas representações foi fomentada, em grande parte, por discursos geográficos. Neste artigo foi discutido o papel do discurso do Estado nessa construção, particularmente por meio dos planos de desenvolvimento para a Amazônia e do ensino de Geografia.

As propostas de divisão regional para o território brasileiro e os critérios que lhes dão subsídio já estão permeados de uma concepção sobre o território e as regiões. Nos planos de desenvolvimento, a Amazônia é vista, desde a década de 30 do século XX, como uma área que precisa ser integrada ao território brasileiro, ocupada, valorizada e

desenvolvida economicamente. A natureza é vista como matéria-prima, como fonte incomensurável de recursos naturais, pelo menos até a década de 1970. O acesso a esses recursos é viabilizado pelo Estado, por meio da promoção, entre outras medidas, da ocupação dos espaços vazios.

A preocupação com a ocupação do interior do país perpassa vários governos, permanecendo como tema central das políticas territoriais desde Getúlio Vargas até o período militar. Ainda que tenham ocorrido mudanças de enfoque no que se refere à questão regional, a ocupação dos espaços vazios permanece como central nos discursos de integração da Amazônia à economia nacional. Os governos militares pós-64 acrescentam ao discurso da integração econômica o da soberania nacional, relacionando a ocupação da Amazônia à preservação das fronteiras internacionais.

Desde a década de 30 a ocupação territorial do Brasil tem sido apoiada por uma elaboração teórica sobre o território, gerada principalmente a partir da Geografia. As funções de órgãos como o CNG e o IBGE estiveram além do levantamento e organização de informações sobre os diversos lugares. A partir da década de 30 coube à Geografia, então institucionalizada, também forjar uma unidade nacional a partir do centro. Estes organismos têm produzido um discurso geográfico oficial sobre o país, divulgado majoritariamente por meio do ensino de Geografia nas escolas.

Foram apresentadas as divisões regionais do território brasileiro e os critérios utilizados nessas delimitações, com destaque para a construção da noção de região amazônica. Tais regionalizações, além de fornecer subsídios à atuação do Estado no território, consolidam uma forma de concebê-lo. As políticas territoriais com relação à Amazônia estão presentes não apenas na construção material do seu território, mas também na representação sobre ela (MORAES, 1988).

No que se refere à Amazônia, é notável a articulação entre os discursos do Estado, por meio dos planos de desenvolvimento regional e do ensino de Geografia. A Geografia produzida pelo IBGE apoiava o trabalho do professor e influenciava, até a década de 70, autores de livros didáticos; as instituições educacionais, por sua vez, divulgavam o

trabalho e as idéias do IBGE, por meio do ensino e dos livros didáticos de Geografia.

A obra didática de Aroldo de Azevedo é exemplar da concepção de Amazônia transmitida por meio do ensino de Geografia. As principais idéias com relação à região, vinculadas em seus livros, referem-se à marcante presença da natureza, notável principalmente pela exuberância dos rios e da vegetação; à “vocação extrativista” da região; ao modo de vida extremamente vinculado ao meio físico que, embora rico, é hostil ao homem; ao vazio demográfico; à presença inegável de população indígena e mestiça³². Como foi dito, ao nível do senso comum, muitas dessas concepções sobre a Amazônia continuam presentes.

Neste artigo, apresentou-se a enorme contribuição da Geografia na formação e consolidação dessas representações, por meio das políticas públicas territoriais e do ensino desta disciplina nas escolas. Como mostra Lia Osório Machado, esta ciência teve uma grande contribuição na construção das representações existentes não apenas sobre a Amazônia, mas a respeito do território brasileiro:

O pensamento geográfico foi incorporado, em sentido metafórico ou não, às representações sobre o território e a população brasileira, nos discursos e no imaginário coletivo: as riquezas naturais incomensuráveis, a ‘tropicalidade’ a dimensão continental, os ‘espaços vazios’, a oferta ilimitada de terras, os dois Brazis, os ‘paulistas’, como são chamados os imigrantes do Centro-Sul na Amazônia. (MACHADO, 1995:347)

O Estado definiu divisões regionais, elaborou políticas públicas e determinou os parâmetros para o ensino. Todas essas ações estão estreitamente relacionadas e as noções sobre o Brasil e a Amazônia, transmitidas por meio delas, permanecem presentes nas representações sobre esses espaços.

³² Para mais detalhes, ver o terceiro capítulo da dissertação de mestrado de BUENO, Magali Franco, *op.cit.*

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. Boletim Paulista de Geografia no 54. São Paulo, SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, junho/1977. pp. 5-28.
- ARAUJO, Tania Bacelar. A experiência do planejamento regional no Brasil. In: Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo, SP: ANPUR/ Hucitec, 1993. pp. 87-95.
- AZEVEDO, Aroldo de. Geografia das Crianças. Destinada ao ensino primário. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1947.
- AZEVEDO, Aroldo de. Geografia do Brasil. A Terra, o Homem, a Economia. 93a ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1959.
- AZEVEDO, Aroldo de. As regiões brasileiras. (O Brasil e o Mundo Vol. III). 5a ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1969.
- BECKER, Bertha K. Amazônia. 5a ed. São Paulo, SP: Ática, 1997.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Regionalização. Curso para professores de Geografia no 16. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia / FIBGE, 1970. pp.121-131.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989. pp. 7-15.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989. pp. 107-32.
- BUENO, Magali Franco. O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- CABREIRA, Márcia M. Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia brasileira – um estudo de caso. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: ANPUR/ Hucitec, 1993. pp.35-58.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da F.; NABUCO, Maria Regina. (Orgs.) Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. pp.155-169.

CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, Roberto & CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos. Políticas de correção dos desequilíbrios regionais. In: _____. Desenvolvimento Regional no Brasil. Brasília, DF: Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, 1976.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Região e sociedade na Amazônia brasileira: política, ciência e mitos. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

CONTI, José Bueno. Aroldo de Azevedo. Boletim Paulista de Geografia no 50. São Paulo, SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, mar./1976. pp.29-36.

COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. 9ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2000.

EGLER, Cláudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995. pp. 207-238.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995. pp. 49-76.

IBGE. Geografia do Brasil. Vol. 1. Região Norte. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1977.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo, SP: EDUSP, 1999. (Coleção Acadêmica, 25)

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995. pp. 309-353.

MAGNANO, Angélica Alves. A estrutura do espaço regional. In: FIBGE/ Diretoria de Geociências. Geografia do Brasil. Vol. 3: Região Norte. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1989. pp. 273-307.

- MAHAR, Dennis J. Políticas de desenvolvimento da Amazônia: passado e presente. In: Desenvolvimento econômico da Amazônia. Uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Planejamento Econômico e Social/ Instituto de Pesquisas, 1978. pp.7-48. (Relatório de Pesquisa no 39).
- MENDES, Armando Dias. A invenção da Amazônia. 2a ed. revista. Manaus, AM: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas. Espaço, Cultura e política no Brasil. São Paulo, SP: Hucitec, 1988.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e história no Brasil. São Paulo, SP: Hucitec, 2002.
- MOREIRA, Eidorfe. Amazônia: o conceito e a paisagem. In: Obras reunidas de Eidorfe Moreira. Vol. I. Belém, PA: CEJUP, 1989.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Integrar para não entregar. Políticas públicas e Amazônia. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. [1977] Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 4a ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985.
- PERIDES, Paulo Pedro. A divisão regional o Brasil de 1968. Propostas e problemas. Revista do Departamento de Geografia no 7. São Paulo, SP: Departamento de Geografia - USP, 1994. pp. 87-94.
- PERIDES, Paulo Pedro. A divisão regional do Brasil de 1945. Realidade e método. Revista Orientação no 9. São Paulo, SP: Departamento de Geografia - USP, 1992. pp. 15-22.
- PIMES/UFPE/IPEA/SUDENE. Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro. Vol. 3: A política de desenvolvimento regional. Recife, PE: SUDENE, 1984.
- RIBEIRO, Luis Antonio de M. Retrospecto histórico dos livros didáticos no século XX e sua relação com a evolução do pensamento geográfico e com a ação do estado. In: O estudo da população nos livros didáticos de geografia para a 5a série de 1o grau. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987. pp. 52-83.
- SADER, Maria Regina C. de Toledo. Espaço e luta no Bico do Papagaio. Tese

(Doutorado). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1986.

SANTA-ANNA NÉRI, Frederico José de. Santana. O país das amazonas. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo, SP: EDUSP, 1979. (Coleção Reconquista do Brasil; nova série; v. 43)

SANTOS, Wilson. A obra de Aroldo de Azevedo – uma avaliação. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, SP, 1984.

SOARES GUIMARÃES, Fábio de Macedo. Divisão Regional do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Vol. 50. Número especial. T. 1. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1988. pp. 9-66. (Ed. Fac-símile).

SOARES, Lucio de Castro. Delimitação da Amazônia para fins de planejamento econômico. Revista Brasileira de Geografia Ano X no 2. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Conselho Nacional de Geografia, abr./jun. 1948. (Separata da Revista Brasileira de Geografia no 1 Ano XV).

SUDAM (BR). O processo de Planejamento Regional: II PDA 1975-1979. Belém, PA: SUDAM, 1975.

SUDAM (BR). Plano de Desenvolvimento da Amazônia: 1972-1974. Belém, PA: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 1971.

SUDAM. O novo sistema de ação do governo federal na Amazônia. Legislação básica/ Vol. 1. Rio de Janeiro, GB: SUDAM/Spencer, 1967.

TOCANTINS, Leandro. Prefácio. In: Amazônia: tipos e aspectos. (Excertos de Tipos e aspectos do Brasil, edição do Conselho Nacional de Geografia) 2a ed. Rio de Janeiro, GB: SUDAM, 1966. p.7-13.

Texto entregue em setembro de 2003 e aceito em novembro de 2003